



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

---

**CONTRATO Nº 004/2023/SEMFA-PMSG**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
PARA PROMOVER CURSO DE  
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO  
PROFISSIONAL E TÉCNICO DOS  
SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL  
DE FAZENDA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE SÃO  
GONÇALO E A CONTRATADA MANGIERI &  
CIA CURSOS E EDITORA LTDA, PARA OS  
FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de Fazenda, com sede na Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 – Centro – São Gonçalo – RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 28.636.579/0001-00, neste ato representado pelo Excelentíssimo **Senhor Randhal Juliano Barreto Coelho**, inscrito no CPF sob o nº 081.535.917-97, portador da cédula de identidade nº 10.839.408-1, expedida pelo Detran/RJ, brasileiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 22-25, sala 406, Parque Jardim Europa, Bauru/SP - Cep: 17.017-383, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 14.744.004/0001-99, neste ato representado pela **Sra. Daniela Consani Mangieri**, inscrita no CPF sob o nº 271.133.368-09, portadora da cédula de identidade nº 29.050.129-5, expedida pelo SSP/SP doravante denominado **CONTRATADA**, ajustam e contratam o presente termo para ministração de curso de capacitação no tema ISS na Visão da Jurisprudência, a fim de aprimorar as potencialidades dos servidores municipais da Secretaria de Fazenda, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei nº 388/2011, a Lei nº 405/2011, o processo administrativo nº 46.389/2022 e pelo estabelecido no Projeto Básico do mencionado processo administrativo, parte integrante deste contrato independente de transcrição, devendo ser atendidas as cláusulas e condições a seguir:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

---

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, DO PREÇO, DO REAJUSTE E DA DOTAÇÃO.**

**1.1** O presente contrato tem por objeto contratação de empresa para prestar de serviço de capacitação e aperfeiçoamento profissional e técnico dos servidores lotados na Secretaria de Fazenda do Município de São Gonçalo, com a ministração de curso que versa sobre a matéria de Direito Tributário no âmbito municipal, com o tema *ISS na Visão da Jurisprudência*, a fim de aprimorar a capacidade de apuração e cobrança do ISS, bem como atualizar seus servidores quanto ao posicionamento jurisprudencial dos nossos Tribunais (STJ e STF) acerca das temáticas mais polêmicas envolvendo o dito imposto municipal, conforme o disposto no presente **CONTRATO e PROJETO BÁSICO e seus anexos**.

**1.2** O presente contrato é regido pelas disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/93 e demais dispositivos em vigor.

**1.3** É inexigível a licitação quanto ao objeto do presente contrato, nos termos do Art. 25, inciso II e Art. 13, inciso VI, da Lei 8.666 de 21.06.93 e alterações posteriores.

**1.4** O valor total, justo e não reajustáveis, para prestação de serviços técnico profissional especializado da empresa, é de **R\$ 17.000,00** (Dezessete mil reais).

**1.4.1** O referido valor abrange a inscrição de 90 servidores no curso a ser ministrado, sendo nesse numerário 28 auditores fiscais e 62 servidores atuantes em áreas de apoio e corretas ao tema do curso.

**1.4.2** O valor convencionado não poderá ser reajustado, conforme disposto no Projeto Básico.

**1.4.3** É vedado à CONTRATADA realizar a cobrança de qualquer sobretaxa em relação ao preço adotado.

**1.5** Os recursos orçamentários necessários à realização do presente objeto, no exercício corrente, correrão à conta da seguinte dotação:

- **Programa de Trabalho:** 2024.04.128.2089.2.235
- **Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.00
- **Fonte:** 1.500.0000

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA, DA AUTORIZAÇÃO E DA FORMA DE CONTRATAÇÃO**

**2.1** O presente **CONTRATO** justifica-se pela necessidade de capacitação dos agentes públicos da Secretaria Municipal de Fazenda, a fim de garantir que os servidores contem com os pressupostos profissionais e técnicos necessários para bem desempenhar a função para a qual foram nomeados.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

---

**2.2** A celebração do presente **CONTRATO** está devidamente autorizada no processo administrativo nº 46.389/2022.

**2.3** O **CONTRATO** está regido sob as normas legais que versam sobre a inexigibilidade de licitação, previstas nos art. 25, II e art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93, sendo formalizado por contratação direta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO**

**3.1** O prazo de vigência do presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência de **03 (três) meses**.

**3.2** O curso de será realizado no Teatro Municipal, localizado na Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, São Gonçalo/RJ - CEP: 24440-440, nos dias 08 e 09 de agosto de 2023, no horário das 09h às 17h, e no dia 10 de agosto no horário de 09h às 16h.

**3.3** Nos dois primeiros dias a duração será de 07 (sete) horas (cada dia) e no último dia será de 06 (seis) horas, perfazendo um total de 20 (vinte) horas, carga horária do curso a ser ministrado.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1** Constituem obrigações da CONTRATADA:

**4.1.1** Efetuar a prestação do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, constantes na Proposta apresentada e aceita pela Administração;

**4.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**4.1.3** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data do início do curso, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**4.1.4** Manter, se for o caso, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

**4.1.5** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, se for o caso;

**4.1.6** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

**4.1.7** Responsabilizar-se, se for o caso, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Contratante, ou de terceiros, quando ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto contratado;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

---

- 4.1.8** Prestar os esclarecimentos solicitados pela Contratante, obrigando-se a atender, nos prazos previstos, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;
- 4.1.9** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 4.1.10** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 4.1.11** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 4.1.12** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 4.1.13** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado;
- 4.1.14** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 4.1.15** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos;
- 4.1.16** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 4.1.17** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.1.18** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 4.1.19** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 4.1.20** Assegurar à Contratante, possuir o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do autor do material, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

---

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**5.1** Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- 5.1.1** Cumprir com todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRADA, após a contratação do serviço requisitado;
- 5.1.2** Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;
- 5.1.3** Fiscalizar a contratação por meio de servidor formalmente designado por esta Secretaria Municipal de Fazenda;
- 5.1.4** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- 5.1.5** Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**6.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 6.1.1** Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- 6.1.2** Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 6.1.3** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- 6.1.4** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.5** Não mantiver a proposta;
- 6.1.6** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 6.1.7** Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 6.1.8** Cometer fraude fiscal.

**6.2** Nos casos acima ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

**6.3** Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, bem como nos casos omissos no item 6.1 e conforme discricionariedade da administração pública, o Município aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93:

- 6.3.1** Advertência escrita;
- 6.3.2** Multa;
- 6.3.3** Suspensão temporária;
- 6.3.4** Declaração de inidoneidade;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

---

**6.4** Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela Fiscalização, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

**6.5** Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

**6.5.1** A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pelo fornecimento a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**6.5.2** A multa a que se referem os artigos 86 e 87, II, da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

**6.5.3** Por atraso, nos Contratos, em geral;

**6.5.4** Por inexecução total ou parcial;

**6.5.5** No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

**6.5.6** No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

**6.6** Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

**6.6.1** Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do fornecimento, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

**6.6.2** Em toda e qualquer fase ou etapa do serviço, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

**6.6.3** As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

**6.6.4** As multas serão recolhidas em favor da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

**6.6.5** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua não aplicabilidade por ato formal da Secretaria gestora deste contrato.

**6.6.6** Se os valores das multas referidas nas cláusulas anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado na cláusula





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

---

6.6.4, será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e, se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa nos valores a serem pagos. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

**6.7** A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

**6.8** Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelos fiscais do contrato, submetido obrigatoriamente à autorização da autoridade competente da Contratada.

**6.9** Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

**6.10** Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula anterior.

**6.11** O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da CONTRATADA será encaminhado à Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, para apreciação, antes de a decisão ser publicada.

**6.12 Para todos os efeitos de aplicação de Multa, será considerado o valor da Contratação/Proposta.**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**7.1** Conforme estabelecido pelo regime jurídico dos Contratos Administrativo, instituído no art.58, inciso II da Lei Federal nº. 8666/93 e alterações posteriores ficam conferidos à CONTRATANTE prerrogativa para a rescisão unilateral do presente instrumento, independentemente de Notificação ou Interpelação Judicial, pelos seguintes motivos:

**7.1.1** No caso de dolo, simulação ou fraude na prestação dos serviços;

**7.1.2** Inobservância das normas, leis e diretrizes que regem a presente contratação;

**7.1.3** Cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazo;

**7.1.4** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, regulamento prazo;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

---

**7.1.5** A lentidão de seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da prestação dos serviços nos prazos estipulados;

**7.1.6** Paralisação na prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

**7.1.7** Razões do interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento e determinadas pela autoridade máxima da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exarados no Processo Administrativo a que se refere o contrato;

**7.1.8** A ocorrência de fatos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovado, que impeça a execução do presente contrato;

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

**8.1** A prestação do serviço objeto deste contrato ficará sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do Município, pela Secretaria Municipal de Fazenda.

**8.2** Fica estabelecido que os servidores designados por meio de portaria da Secretaria Municipal de Fazenda acompanharão e fiscalizarão a execução do contrato, assim como o cumprimento das cláusulas do presente CONTRATO e do PROJETO BÁSICO e seus anexos, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**8.3** Fica estabelecido que os usuários do serviço, poderão denunciar qualquer irregularidade na prestação do objeto, por meio da **Ouvidoria Geral do Município de São Gonçalo** ou **diretamente aos fiscais do contrato**.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES**

**9.1** O presente CONTRATO poderá ser alterado ou modificado, por interesse do CONTRATANTE e/ou da CONTRATADA, de comum acordo entre as partes, mediante termo aditivo.

**Parágrafo Único** – Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste contrato dependerá da prévia concordância, por escrito, entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do ateste da nota fiscal respectiva, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado, conforme art. 40, XIV, “a” da Lei 8.666/93.

**10.2** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o ateste pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**10.3** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

---

**10.4** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 10.4.1** Prazo de validade;
- 10.4.2** Data da emissão;
- 10.4.3** Dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.4.4** Período de prestação dos serviços;
- 10.4.5** Valor a pagar; e
- 10.4.6** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**10.5** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

**10.6** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.7** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**10.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.9** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

**10.10** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação trabalhista ou junto ao SICAF.

**10.10.1** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**10.11** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

---

**10.12** A Contratada que for regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido, previsto na referida Lei Complementar.

**10.13** No caso de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada do Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para pagamento até a do efetivo pagamento. Neste caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$
$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

*EM = Encargos moratórios;*

*N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela em atraso.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

**11.1** O descumprimento de qualquer cláusula contratual, condição, obrigação constante deste **CONTRATO**, do **PROJETO BÁSICO e seus anexos**, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a Secretaria de Fazenda às disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal nº 8666/93.

**11.1.1** O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente **CONTRATO**, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

**11.1.2** Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do artigo 78 da Lei nº 8666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1** Este contrato obedecerá às determinações da Lei 8666/93, atualizada pela Lei 8883/94 e demais disposições aplicáveis quando couber.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

**12.2** Fica eleito o Foro da Sede da Comarca de São Gonçalo como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente **CONTRATO**, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em (3) vias de igual teor e para um só efeito acompanhado das testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as cláusulas deste Contrato.

São Gonçalo, 30 de junho de 2023.

<hr/> <b>MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO</b>	<hr/> <b>MANGIERI &amp; CIA CURSOS E EDITORA LTDA</b>
---------------------------------------	---

Testemunhas:

---

Assinatura

Nome:

CPF:

---

Assinatura

Nome:

CPF: